

## Reflexões sobre A Teoria Geral depois de 60 anos\*

---

David Dequech\*\*

No que concerne ao impacto de suas idéias entre os economistas, talvez não haja muito o que comemorar no sexagésimo aniversário de publicação de **A Teoria Geral (TG)** daqui em diante). O domínio de idéias contrárias às de Keynes é extremamente forte. A chamada Revolução Keynesiana praticamente já nasceu abortada pelos esforços de absorver as idéias da **TG** dentro do arcabouço neoclássico<sup>1</sup>. A contra-revolução avançou também quando, a partir de fins dos anos 60, os chamados velhos keynesianos, assim como o que havia de Keynes neles, foram derrotados pelos monetaristas e depois pelos novos-clássicos. É usualmente reconhecido que essa derrota se deu em dois flancos, devido: à incapacidade desses keynesianos neoclássicos de explicar o fenômeno de estagflação; e à ausência ou fragilidade de microfundamentos nessa teoria keynesiana. Algumas dificuldades dos modelos novo-clássicos de *money business cycles* no início dos anos 80 favoreceram a consolidação dos chamados novos-keynesianos, cujo programa de pesquisa pode ter sua origem identificada em meados da década de 70. Em comum com

---

\* Este artigo é baseado na Tese de Doutorado do autor, em andamento. O autor agradece seus orientadores, Geoff Harcourt e Paul Davidson, isentando-os de responsabilidade pelo resultado final. O apoio financeiro do CNPq é também reconhecido.

\*\* Faculty of Economics and Politics, University of Cambridge.

<sup>1</sup> Na feliz expressão de Minsky (1986, p.33), "(...) os resultados de Keynes significavam que havia um prêmio esperando qualquer acadêmico que pudesse perturbar a heresia" (e, de fato, pelo menos um prêmio concreto — o Nobel — foi dado aos principais criadores da síntese neoclássica). Seguindo Thomas Kuhn, Dow (1985, p.58) afirma que "(...) é a reação natural de uma ortodoxia sob ataque rever suas teorias de modo a incorporar o que foi sugerido como anomalias". Foi o que aconteceu com Keynes.

seus predecessores e em contraste com Keynes, esses novos-keynesianos neoclássicos têm a idéia de que a rigidez de preços e salários é a causa última do desemprego. A novidade a esse respeito é a tentativa de microfundamentar essa rigidez. Uma outra novidade, ainda relativa aos microfundamentos, mas agora no que concerne à formação de expectativas, é a aceitação pelos novos-keynesianos da hipótese de expectativas racionais (REH [*rational expectations hypothesis*])<sup>2</sup>, que deixa de ser, então, monopólio novo-clássico. O cerne da disputa entre novos-keynesianos e novos clássicos refere-se à hipótese de *market clearing* contínuo.

O interesse nas idéias de Keynes sobrevive principalmente entre os chamados pós-keynesianos. Eles procuram preservar e aprimorar aspectos da **TG** que marcam uma ruptura com a sabedoria neoclássica.<sup>3</sup>

Muito já se discutiu sobre vários dos pontos acima, inclusive por ocasião do centenário do nascimento de Keynes e, um pouco mais tarde, do cinquentenário da **TG**. Este artigo concentra-se, então, nos anos 80 e 90.

À ascensão dos novos-keynesianos, os pós-keynesianos reagiram com o argumento de que os primeiros violam idéias essenciais de Keynes na **TG**. Em particular, Keynes especificamente abandona, no Capítulo 19, a hipótese simplificadora de salários nominais dados, que ele havia adotado no início do livro, e procura mostrar que mudanças nos salários nominais não necessariamente conduzem a um equilíbrio com pleno emprego (DAVIDSON, 1992). Trata-se de, basicamente, repetir as críticas pós-keynesianas ao tratamento desse tópico pelos velhos-keynesianos. Os pós-keynesianos não negam que a realidade não se caracteriza por situações de concorrência pura ou perfeita, mas pelo menos alguns deles afirmam que “imperfeições” na estrutura competitiva não são necessárias para explicar o desemprego.<sup>4</sup> Quanto à REH,

<sup>2</sup> A REH não deve ser vista como unânime entre os economistas neoclássicos, já que a teoria subjetiva da probabilidade também é influente. Na verdade, algumas discussões recentes na linha subjetivista apontam uma proximidade com a noção de incerteza de Keynes, um dos poucos sinais positivos que autores mais próximos ao *mainstream* dão nessa direção.

<sup>3</sup> Note-se, porém, que nem todos os pós-keynesianos usam Keynes como sua fonte inspiradora tanto quanto Sidney Weintraub e Paul Davidson, por exemplo. Sobre as diferentes correntes que compõem esse movimento, ver Hamouda e Harcourt (1988).

<sup>4</sup> Há desacordo entre os pós-keynesianos quanto a qual é a hipótese adequada sobre a estrutura competitiva. Harcourt e Sardoni (1994), dentre outros, discutem a tática de Keynes a esse respeito.

valem as críticas feitas quando a mesma foi introduzida pelos novos-clássicos (DAVIDSON, 1982-83; BAUSOR, 1983).<sup>5</sup>

Dentro do pós-keynesianismo, evidencia-se, nos anos 80 e 90, a grande dificuldade de conciliar as vertentes que enfatizam o papel da incerteza e do dinheiro com a vertente neo-ricardiana, de modo que parece haver hoje uma tendência, não unânime, a identificar os neo-ricardianos como um grupo exterior ao pós-keynesianismo.

Nesse mesmo período, os pós-keynesianos têm-se esforçado para consolidar sua teoria, contestando, muitas vezes explicitamente, o ataque de Coddington (1982), para quem a ênfase de Keynes na incerteza conduz ao nihilismo teórico. Uma das principais áreas em que isso tem-se dado é a teoria do comportamento individual sob incerteza. Isso contribui também para um aprimoramento da resposta pós-keynesiana à controvérsia sobre os microfundamentos da macroeconomia. Antes de tratar desses desenvolvimentos recentes, deve-se notar que os pós-keynesianos se recusam a reduzir a macro à microeconomia e identificam um espaço próprio para a macroeconomia. Exemplos típicos disso são as análises da falácia da composição no paradoxo da parcimônia e na discussão de Keynes sobre os efeitos de uma mudança dos salários nominais sobre o emprego agregado. Vários pós-keynesianos argumentam também que, ao contrário de uma visão comum dentro do *mainstream*, a **TG** na verdade **tem** microfundamentos por trás da construção das funções de oferta e demanda agregada. Esses autores insistem ainda que, assim como na tesoura marshalliana, a oferta é tão importante para Keynes quanto a demanda e que foram os velhos-keynesianos neoclássicos que negligenciaram a primeira, plantando as sementes de sua própria derrocada.<sup>6</sup>

Parte importante do avanço de uma teoria do comportamento individual que busca alguma inspiração em Keynes é resultado direto de ou ocorre em resposta a um grupo de trabalhos que, a partir de meados dos anos 80, incorpora os escritos mais filosóficos de Keynes ao debate sobre a **TG**. Esses

---

<sup>5</sup> Há autores que interpretam o tratamento da **TG** às expectativas de curto prazo como algo próximo à hipótese de expectativas racionais (LEIJONHUFVUD, 1983; DUTT, 1987; BEGG, 1982). Essa interpretação é criticada em Dequech (1994).

<sup>6</sup> Os novos-keynesianos são obviamente preocupados com o lado da oferta. Pelo menos alguns pós-keynesianos negam que a explicação última do desemprego esteja no lado da oferta. Outros questionariam também o caráter neoclássico da abordagem novo-keynesiana à oferta.

trabalhos são às vezes identificados como o “novo-keynesianismo fundamentalista” ou como o programa de pesquisa “Keynes como um filósofo-economista”. Essa linha de investigação interpreta a obra econômica madura de Keynes à luz de seus escritos filosóficos, em particular **A Treatise on Probability** (TP daqui em diante), cujos 75 anos de publicação vários autores considerariam também dignos de comemoração.

Não podemos dizer, entretanto, que os debates em torno desses trabalhos tenham levado a um consenso entre os economistas que valorizam a contribuição da TG. Na verdade, novas controvérsias originam-se.<sup>7</sup> De qualquer modo, é possível afirmar que, pelo menos, se abriu o caminho para um melhor entendimento dos problemas envolvidos nessas discussões. É para isso que as próximas sessões tentam contribuir.

Antes, porém, um último comentário. Outro fenômeno recente no debate econômico é o renascimento do interesse nas instituições. A princípio, esse é um fenômeno favorável aos que trabalham na tradição de Keynes, já que para eles uma proposição central é a seguinte: “As instituições políticas e econômicas (...) desempenham um papel extremamente importante na determinação dos resultados econômicos do mundo real” (DAVIDSON, 1980, p.288; ver também HARCOURT, 1979, p.388).<sup>8</sup> No entanto esse novo interesse é, em medida considerável, marcado por uma tentativa de ampliação do escopo da economia neoclássica.

## 1 - O conceito de incerteza<sup>9</sup>

Desde o início dos anos 80, Paul Davidson (1982-83, 1988, 1991) tem tomado emprestado uma terminologia moderna da estatística para expressar a noção de incerteza de Keynes em termos de não-ergodicidade [*non-ergodicity*]. Isso, que anos atrás parecia apontar um consenso entre pós-keynesianos, tem sido

---

<sup>7</sup> Uma delas diz respeito à continuidade ou não entre a TP e os escritos posteriores de Keynes, em particular a TG. Os que argumentam que a visão de Keynes sobre probabilidade passou por mudanças significativas incluem Bateman (1987, 1990), Davis (1991, 1994) e Winslow (1989, 1992). Entre os que apóiam a tese da continuidade, Carabelli (1988) e O'Donnell (1989, 1990a) são talvez os mais veementes. Ver Gerrard (1992) para uma explicação de algumas das principais diferenças entre essas duas linhas de argumentação.

<sup>8</sup> A relação entre pós-keynesianismo e institucionalismo é examinada em Dequech (1995d, 1995e).

<sup>9</sup> Ver Dequech (1995) para um tratamento bem mais aprofundado.

contestado. Para aqueles que sugerem que se interprete o trabalho econômico maduro de Keynes à luz da **TP**, Davidson não apresenta a posição de Keynes apropriadamente. Eles argumentam que, na conceitualização de Davidson, probabilidade parece ser uma propriedade do mundo real,<sup>10</sup> enquanto Keynes defendeu na **TP** uma teoria lógica da probabilidade, segundo a qual probabilidade é uma propriedade do conhecimento, um grau de crença [*a degree of belief*].

Embora Keynes não ofereça um conceito explícito de incerteza na **TP**, os que acreditam na tese da continuidade procuram construir esse conceito usando o arcabouço daquele livro. Assim, para Lawson (1988, p.48; 1985), incerteza "(...) corresponde a uma situação em que as probabilidades não são numericamente determinadas — ou mesmo comparáveis, em termos de mais ou menos, como outras relações de probabilidade". Rotheim (1988, p.88), Brown-Collier e Bausor (1988, p.238-239), Hamouda e Smithin (1988, p.160) e Dutt e Amadeo (1990, p.105-106) concordam. Outros autores, entretanto, afirmam que incerteza para Keynes tem uma outra dimensão, além da relativa à probabilidade: aquela que se refere ao conceito de peso — ver Hoogduin (1987, p.54n), Kregel (1987), Runde (1991, p.131, 133; 1990, p.290), Gerrard (1995, p.184) e O'Donnell (1991, p.19; 1990a).<sup>11</sup> Nos termos da teoria lógica da **TP**, incerteza num sentido forte parece estar simultaneamente associada com a ausência de probabilidades numéricas e com baixo peso, ambos resultando da escassez de evidências (LAWSON, 1988, p.43; HOOGDUIN, 1987, p.58).

Portanto, um ponto muito importante a notar é que, mesmo que se use uma teoria lógica de probabilidade, a fonte de incerteza nesse sentido forte se encontra na realidade exterior, o que é reconhecido por Carvalho (1988a, p.78;

<sup>10</sup> Ver Lawson (1988, p.51) e O'Donnell (1991, p.57-58n; 1991a, p.81-82).

<sup>11</sup> O'Donnell sustenta ainda que, mesmo ao tratar da dimensão relativa à probabilidade, é um erro deixar de associar incerteza com probabilidades desconhecidas (ver também Mccann, 1994, p.105-106). Em relação a este último ponto, nossa posição é a de que o erro é de O'Donnell: probabilidades desconhecidas, na concepção da **TP**, envolvem uma limitada capacidade do agente frente a uma situação muito complexa. Em contraste, a noção forte de incerteza que aparece nos escritos posteriores de Keynes (1973a, p.113-114, 287, 309; 1936, p.252, 141) tem a ver com a possibilidade de mudança estrutural em termos tecnológicos, sociais, etc. O debate entre Davidson (1991a) e O'Donnell (1991a) a esse respeito envolve um problema terminológico, já que Davidson não adota os conceitos da **TP**. O conceito de incerteza de Davidson tem um sentido forte, mesmo se não baseado numa teoria lógica de probabilidade.

DOW, 1995, p.118). Isso implica um forte ponto de contato entre o conceito baseado nos termos da **TP** e o conceito de Davidson.

Existe, entretanto, um sentido em que a abordagem de Davidson e uma baseada na **TP** podem ser significativamente diferentes. Essa diferença potencial refere-se à seguinte pergunta: a incerteza é graduável? Na **TP** (KEYNES, 1973, p.342), Keynes refere-se a uma situação em que é possível ter conhecimento provável baseado em pouca evidência — deve-se notar que conhecimento provável tem um sentido específico na **TP**, diferente do das teorias de probabilidade subjacentes à economia neoclássica. Nesse caso, Runde (1991, p.131) vê incerteza como caracterizada não por uma ausência completa de conhecimento provável, mas por baixo peso — ver também Runde (1990, p.290), Meeks (1991, p.153) e Gerrard (1995, p.184). Tendo peso como sua medida — o que Hoogduin (1987) também sugere —, a incerteza seria, então, graduável e seria referida, nesse caso, à confiabilidade do conhecimento provável como um guia de conduta. Davidson (1993, p.431-432) insiste que incerteza não é graduável. A nosso ver, ainda é necessário explorar e clarificar as diferentes posições a respeito disso.<sup>12</sup> Quanto a Keynes, deve-se registrar que ele usa a expressão “muito incertos” na **TG** (KEYNES, 1936, p.148), o que sugere que ele tratava incerteza como graduável (ver também KEYNES, 1973a, p.113).

Na nossa interpretação, mesmo quem argumenta, com base na **TP**, que algum tipo de conhecimento provável é possível sob incerteza deve reconhecer que tal conhecimento não pode ser o único guia de conduta — ver também Kregel (1987); Feltz e Hoogduin (1988). Não é tão importante, então, se conhecimento provável é ou não possível sob incerteza: fatores como os *animal spirits* têm que entrar no quadro. Quando o conhecimento provável não é possível, esses fatores afetam não apenas o estado de confiança, mas também as próprias expectativas.<sup>13</sup> Além disso, peso pode não servir como uma medida incontestável de incerteza, já que há desacordo entre os intérpretes de Keynes quanto ao caráter objetivo ou não do peso — contrastar, por exemplo, Runde (1990), Hoogduin (1987), Kregel (1987). Se peso medir

---

<sup>12</sup> Devemos mencionar ainda Vercelli (1991, p.72-79) e sua noção de “incerteza-k” [*k-uncertainty*], que é graduável, mas não completamente baseada na **TP**.

<sup>13</sup> Contrastar com Gerrard (1994; 1995) e ver também Carvalho (1988a, p.77n). O estado de expectativa depende das expectativas e do estado de confiança nelas (KEYNES, 1936, p.148).

incerteza (a rigor, um complemento de incerteza), então, o conceito de incerteza padece do mesmo problema envolvido em definir, segundo Runde, peso como o grau de completude da evidência: como nós podemos saber, sob incerteza, quão ignorantes nós somos?

Talvez incerteza num sentido forte deva ser definida como a situação em que o conhecimento não é suficiente, e, conseqüentemente, a ação não pode ser totalmente baseada em conhecimento. Seguidores de diferentes abordagens podem concordar com isso. Se incerteza é graduável ou não, depende da noção de conhecimento.

Para nós, incerteza não significa ignorância completa. Antes de qualquer outra coisa, os agentes econômicos estão, ou pelo menos podem estar, cientes da incerteza. No aforismo de Hicks (1977, p.vii), as pessoas sabem (podem saber) que elas não sabem.

Um dos aspectos da realidade sobre os quais algum conhecimento é possível é a existência de instituições que reduzem a incerteza. As mais destacadas entre essas instituições são os contratos. Outros exemplos podem incluir acordos de oferta e troca e *market-makers* (DAVIDSON, 1978; KREGEL, 1980; DEQUECH, 1995b). Além disso, talvez num terreno mais pedregoso, Lawson (1985, p.916-917) sustenta que "(...) as pessoas têm um amplo conhecimento de práticas sociais", tais como convenções (DARITY, HORN, 1993; LAWSON, 1987). O potencial para mudanças sociais imprevisíveis deve ser admitido. De qualquer maneira, parece que nós de fato temos algum tipo de conhecimento sobre o funcionamento do mundo social que nos permite acreditar na estabilidade de pelo menos algumas práticas sociais. Essa crença não é infundada; por outro lado, sob incerteza o comportamento não pode ser completamente baseado em conhecimento (de qualquer tipo).<sup>14</sup>

## 2 - O conceito de racionalidade<sup>15</sup>

A atribuição da racionalidade aos agentes tem sido uma arma importante no debate econômico. A hipótese de expectativas adaptativas caiu porque implicava irracionalidade. Segundo Barro, "(...)um dos aspectos mais intelligen-

<sup>14</sup> Para uma discussão sobre as fontes de incerteza num sentido radical, ver Dequech (1995).

<sup>15</sup> Dequech (1995a) explora esse tema com mais detalhe.

tes da revolução das expectativas racionais foi a apropriação do termo “racional”. É possível enfatizar incerteza no sentido de Keynes e, ao mesmo tempo, acreditar na possibilidade de comportamento racional? Muitos autores acham que sim. Para tanto, eles logicamente precisam rejeitar a noção neoclássica de racionalidade, que é indissolúvelmente vinculada à idéia de que incerteza no sentido de Keynes é irrelevante, se é que existe (LAWSON, 1985, p.918; DOW, DOW, 1985, p.55). O próprio Keynes usa palavras como racional, razoável e sensato para descrever o comportamento sob incerteza. Vários desses autores alargam a noção de racionalidade, associando racionalidade com a existência de “boas razões” ou com agentes fazendo “o melhor possível dentro das circunstâncias” — ver Lawson (1985, 1993), Harcourt (1987), Hamouda, Harcourt (1988), O’Donnell (1990a), Runde (1991) e Lavoie (1992). No entanto isso é muito genérico e é compatível com uma posição extremamente subjetivista. É preciso examinar alguns pontos mais de perto. Dois pontos são destacados aqui, (a) a relação entre racionalidade e conhecimento; e (b) entre racionalidade, meios e fins.

## **2.1 - Racionalidade e conhecimento**

Há desacordo entre os pós-keynesianos sobre a medida em que racionalidade depende de conhecimento e sobre que tipo de conhecimento é possível sob incerteza. Na verdade, o debate não é em absoluto muito claro a esse respeito. Num outro texto (DEQUECH, 1995a), propomos uma classificação das diferentes posições, refletindo mais nossa própria maneira de organizar a discussão que as posturas já tomadas na literatura. Argumentamos, então, que os economistas que enfatizam incerteza num sentido radical se encontram diante de duas opções principais sobre a relação entre racionalidade e conhecimento.

A primeira abordagem consiste em definir racionalidade como algo que tem que ser baseado em conhecimento (sem definir conhecimento como completamente subjetivo). Essa abordagem pode ser dividida em duas vertentes. A primeira define irracionalidade como qualquer coisa diferente de racionalidade. Se incerteza implica alguma falta de conhecimento, então, ela acarreta comportamento irracional. Para a segunda vertente da primeira abordagem, irracionalidade é o que contradiz racionalidade. Sob incerteza, isso leva a



rejeitar-se uma dicotomia entre racionalidade e irracionalidade e introduzir-se uma terceira possibilidade: a arracionalidade. Nessa vertente, alguns aspectos do comportamento econômico devem ser considerados arracionais em vez de irracionais. São os aspectos em cujo caso a falta de conhecimento impede que se determine o que é racional. Algo não pode ser considerado irracional nesse caso, já que não pode ser visto como contrariando o comportamento racional.

Quanto mais conhecimento sob incerteza é admitido por essa abordagem em qualquer de suas vertentes, mais ampla é sua noção de racionalidade. A nosso ver, incerteza inevitavelmente implica algum grau de ignorância. Nessa primeira abordagem, então, o comportamento não pode ser completamente racional sob incerteza, por mais ampla que seja a noção de conhecimento.

A segunda abordagem, obviamente, é definir racionalidade como algo que não tem que ser baseado em conhecimento. Por sua vez, essa segunda abordagem também pode incluir alguns subgrupos de definições, mas não nos interessa mencioná-los aqui.

Shackle (1967, p.228; ver também VICKERS, 1994, p.12), freqüentemente, parece adotar a primeira abordagem, em sua primeira vertente, com um conceito de racionalidade semelhante ao neoclássico, a diferença sendo que, para ele, incerteza não é irrelevante. Em contraste, vários pós-keynesianos propõem um conceito mais amplo, mas isso não é suficiente para identificá-los com uma das duas abordagens.

A partir de outras possíveis perspectivas dentro da primeira abordagem, incerteza não implica completa ignorância. Primeiro, como dissemos acima, os agentes podem estar cientes da incerteza. Segundo, há coisas sobre as quais os agentes têm algum tipo de conhecimento.

O primeiro ponto torna a primeira abordagem compatível com: (a) o argumento de que é racional permitir que fatores como *animals spirits*, pessimismo ou medo desempenhem um papel importante no comportamento econômico — um argumento próximo a esse aparece em Kregel (1987), Winslow (1989; 1992) e Davidson (1994) —; (b) a idéia de que a preferência pela liquidez pode ser racional, como defendido por Davidson (1982-83; 1987), O'Donnell (1989) e Asimakopulos (1991) — nossa posição aparece em Dequech (1995c).

Consideremos agora o segundo ponto, o conhecimento de outras coisas além da própria incerteza. Para Davidson, como vimos acima, uma dessas coisas é a existência de algumas instituições. Davidson (por exemplo, 1982-83; 1987) adota uma noção de racionalidade — que ele prefere chamar de

“sensatez” [*sensibility*] — de maior amplitude que a neoclássica. Entretanto não é claro se para ele “sensatez” tem que ser baseada em conhecimento, numa noção também mais ampla. Uma noção ainda mais extensa incorpora o conhecimento das convenções. Correspondentemente, isso permite uma noção ainda mais abrangente de racionalidade como algo que tem que se basear em conhecimento.

Todos os pós-keynesianos que buscam inspiração na **TP** a esse respeito deveriam ser catalogados na primeira abordagem. Muitos deles consideram ter boas razões com o requisito de racionalidade. Para Keynes, na **TP**, crenças racionais são baseadas em conhecimento.<sup>16</sup> Keynes não parece ter escapado da dicotomia entre racionalidade e irracionalidade na **TP**, o que o aproxima da primeira vertente da primeira abordagem. Isso parece aplicar-se também a outros escritos de Keynes. Ele freqüentemente se referia a fatores psicológicos e ocasionalmente parece tê-los tratado como irracionais, como Lawson (1991) admite. Talvez seja possível incluir aqui as referências de Keynes a “ondas de psicologia irracional” (KEYNES, 1936, p.162).

Ao discutir a **TP**, a nosso ver, é preciso distinguir entre a racionalidade da crença e a racionalidade do comportamento. Diríamos que a **TP** implica que a crença racional é uma condição necessária, mas não suficiente, para o comportamento racional. Como dissemos acima, incerteza supõe dúvida quanto à confiabilidade do conhecimento provável como um guia de ação. Semelhantemente, nos escritos mais maduros de Keynes, a noção de confiança reflete as dúvidas quanto à confiabilidade das expectativas. A distinção correspondente entre expectativas e comportamento também deve ser feita.

Outro ponto importante sobre a primeira abordagem é que, se o conhecimento é visto como graduável, racionalidade também pode ser considerada assim.

Sobre a segunda abordagem, vamos dizer aqui apenas que ela acarreta o risco de gerar um conceito de racionalidade amplo demais, com o que o conceito pode perder seu conteúdo. Estamos, então, inclinados a adotar a primeira abordagem na sua segunda variante.

---

<sup>16</sup> Ver Keynes (1973), Carabelli (1988), Lawson (1987), O'Donnell (1989) e Winslow (1992).

## 2.2 - Racionalidade, meios e fins

Racionalidade é freqüentemente associada com a relação dos meios mais eficientes para atingir um dado fim. Autores que desenvolvem a tradição de Keynes têm criticado o arcabouço meios-fins que caracteriza a economia neoclássica (juntando-se, então, a críticos em outras tradições heterodoxas).

Não apenas por razões estratégicas, mas também para evitar confusão lógica, devemos distinguir diferentes críticas à visão neoclássica do comportamento racional. Mesmo para um entendimento de um comportamento auto-interessado [*self-intersted*], essa visão é inadequada. Um desafio fundamental a esse respeito é feito pela ênfase de Keynes na incerteza.

Hamouda e Smithin (1988b, p.279, 283) argumentam que Keynes manteve a idéia de racionalidade sob incerteza no sentido de que os agentes se comportam de maneira consistente na busca de seu próprio interesse. Nesse sentido, para esses autores, Keynes não teria rejeitado a chamada “versão fraca” da REH, que seria representada pelo postulado — enunciado por Lucas e Sargent (1979, p.305) — de que os agentes agem em seu próprio interesse — ver também Lawson (1985, p.919-920); Dow e Dow (1985, p.56); Darity e Horn (1993, p.18-19); e Dutt e Amadeo (1990, p.106). No entanto a versão fraca da REH é às vezes interpretada como mais do que, como querem Hamouda e Smithin (1988, p.279b), uma reiteração daquele postulado no terreno da formação de expectativas. Ela requer que os agentes igualem os custos e os benefícios marginais de obter informação, e isso é problemático de uma perspectiva que enfatiza incerteza — ver Dow (1985, p.148), Snippe (1986, p.433) e, para uma crítica, Hoogduin e Snippe (1987, p.436). Discussões sobre o significado da versão fraca da REH à parte, Hamouda e Smithin têm razão em identificar as diferenças entre Keynes e a REH não na hipótese de racionalidade nesse sentido de interesse próprio — também ver Vercelli (1991, p.153) —, mas, sim, na caracterização do ambiente como incerto ou não.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Lucas e Sargent (1979) sustentam que Keynes adotou o postulado de que os salários nominais são rígidos, o que, do ponto de vista deles, significa abandonar o postulado do interesse próprio (além, é claro, de outro postulado novo-clássico, o de *market-clearing* contínuo). Esses autores compartilham, assim, da tradicional interpretação keynesiana neoclássica (velha e nova) de Keynes.

É possível, então, definir como racional o comportamento que é, à luz do conhecimento disponível, adequado à busca de um determinado fim, mesmo se esse comportamento se revelar mal-sucedido *ex post*. Em particular, podemos discutir alguns tipos de agentes auto-interessados perseguindo, numa sociedade capitalista, o fim do ganho pecuniário (o motivo lucro). Keynes declara que "(...) a firma não tem outro objetivo no mundo que o de acabar com mais dinheiro do que começou. Essa é a característica essencial de uma economia empresarial". O homem de negócios gasta dinheiro para obter mais dinheiro. Ao menos para alguns propósitos, pode-se avaliar a racionalidade do comportamento capitalista sob incerteza de acordo com sua adequação, ou não, à busca do ganho pecuniário.<sup>18</sup> Entretanto incerteza implica que os meios para esse fim não podem ser considerados dados. Além disso, há incerteza quanto à adequação de qualquer meio para o fim do ganho pecuniário.

### 3 - Comportamento convencional e racionalidade<sup>19</sup>

Parte significativa da literatura que procura refutar aquela acusação de niilismo teórico recorre às referências de Keynes a convenções. Essas discussões têm sido marcadas por um grau não desprezível de confusão, particularmente quanto ao conceito de convenção e aos argumentos para a possível racionalidade do comportamento convencional.

Várias definições de convenção coexistem nessa literatura — ver Darity e Horn (1993), Lavoie (1992), Lawson (1991a), Dutt e Amadeo (1990), Possas (1990), Davis (1994). O próprio Keynes (1936, p.151-152; 1973a, p.114) refere-se, de maneira bastante solta, à suposição de que a situação se manterá, a não ser que haja indicadores específicos em contrário,<sup>20</sup> e ao recurso à opinião média ou majoritária. Defendemos a idéia de uma regra simples (uma *rule of thumb*) adotada coletivamente.

---

<sup>18</sup> Como Lawson (1991, p.191-192, 203) mostra, no caso de Keynes a busca do dinheiro é aceita apenas como um meio temporário para o fim verdadeiramente último, que é a busca do "bem". Não discutiremos ética aqui. Um fim não último pode ser visto como um meio para o fim último.

<sup>19</sup> Um tratamento mais completo encontra-se em Dequech (1995b, 1995c).

<sup>20</sup> Essa suposição é fundamentalmente diferente das hipóteses de expectativas racionais e adaptativas. Ver Dequech (1994).

A **TG** e outros escritos de Keynes oferecem vários *insights* sobre a adoção de um comportamento convencional em diferentes contextos. Keynes explicitamente apresenta o conceito de convenção na discussão do Capítulo 12, sobre o mercado de ações. Vários autores acreditam que Keynes restringiu ou concentrou bastante sua análise de convenções ao contexto do mercado financeiro (DARITY, HORN, 1993, p.28, 31; POSSAS, 1990, p.23n; CARVALHO, 1992, p.124-125; ver também LAWSON, 1991, 1991a). Porém, em seu artigo no **Quarterly Journal of Economics** (QJE), Keynes (1937) aplica a idéia de convenção à acumulação de riqueza em geral. Além disso, acreditamos que Keynes já tinha aplicado, na **TG**, essa idéia às decisões de investimento (compras de bens de capital) e de produção. Em particular, quanto ao último contexto, uma vez admitido que as expectativas de curto prazo também envolvem incerteza, fica mais fácil identificar a projeção do passado recente (KEYNES, 1937, p.50-51) como uma resposta convencional à incerteza das decisões de produzir.<sup>21</sup>

### 3.1 - Um exame crítico de alguns argumentos para a racionalidade do comportamento convencional

Neste exame, adotamos o que defendemos acima: um conceito de racionalidade como algo que requer conhecimento; é distinto tanto de irracionalidade quanto de arracionalidade; e é, à luz do conhecimento disponível, adequado a um determinado fim.

Há duas maneiras básicas de abordar a relação entre convenção e racionalidade, de modo que a compatibilidade entre elas seja possível.<sup>22</sup> A primeira é a que prevalece na literatura. Ela é restritiva e se centra na racionalidade de **seguir** uma convenção.<sup>23</sup> A segunda maneira será proposta mais adiante.

---

<sup>21</sup> Contrastar com Littleboy (1991, p.29, 288) e O'Donnell (1989).

<sup>22</sup> Há quem afirme, como Fitzgibbons (1988) e Winslow (1989), que a visão de Keynes implica uma incompatibilidade entre convenção e racionalidade.

<sup>23</sup> Ver Kregel (1987, p.525), Harcourt (1987, p.241), Feltz e Hoogduin (1988, p.117). Referências mais específicas a outros autores serão feitas em breve.

Diferentes argumentos são dados por quem tenta mostrar que é racional seguir uma convenção, dependendo de como ela é definida. Entre os argumentos apresentados nessa direção, encontram-se os seguintes:

- a) o argumento “prático” (DARITY, HORN, 1993), segundo o qual seguir uma convenção (uma regra simples) torna as coisas manejáveis;
- b) o argumento de convenção como indução, que interpreta a projeção do passado recente à luz da TP (O’DONNELL, 1989, MEEKS, 1991 entre outros);
- c) o argumento de convenção como uma profecia auto-realizável, centrado na idéia de conformidade com a opinião média (POSSAS, 1990);
- d) o argumento de comportamento convencional como um comportamento defensivo, buscando dar segurança ao “investimento”, projetando o passado recente se outros fizerem o mesmo (LAWSON, 1991), ou preservar a parcela relativa do agente num mercado (POSSAS, 1987, p. 133-134; LAWSON, 1991a), seguindo a opinião média.

Num outro texto (DEQUECH, 1995b), apresentamos esses argumentos; procuramos desenvolvê-los, mas também os criticamos. Nossa posição pessoal é a de que seguir a convenção não é necessariamente a melhor opção a tomar e que essa linha de argumentação não é e nem pode ser completamente bem-sucedida. Dada a restrição de espaço, vamos reproduzir sucintamente algumas objeções mais importantes a esses argumentos.

A primeira delas é a de que incerteza implica dúvidas quanto à confiabilidade do conhecimento que porventura estiver disponível como um guia para o comportamento, seja esse conhecimento considerado um conhecimento indutivo, provável, seja, ainda, um conhecimento da existência das próprias convenções. Especificamente sobre argumentos centrados na idéia de seguir a opinião média, o problema é a dificuldade em identificar qual é a opinião média num determinado mercado. Incerteza envolve não saber o que os outros farão — ver Shackle (1970, p.102, *apud* KREGEL, 1990:90) e o próprio Keynes em seu **Treatise on Money**, (KEYNES, 1971, v.5, p.292). Mesmo que os outros agentes venham seguindo uma convenção, alguns deles podem perder a confiança nela e abandoná-la. Outros podem intencionalmente a contrariar.

A segunda objeção é mais especificamente dirigida ao argumento de que o comportamento convencional é racional porque é defensivo. A definição de racionalidade que adotamos aqui relaciona racionalidade com a adequação do comportamento a um fim. É possível caracterizar defesa com um fim mais imediato (LAWSON, 1991, 1991a). A objeção que levantamos no parágrafo anterior cria

problemas mesmo se a racionalidade do comportamento é avaliada em relação a esse objetivo. Se há dúvidas sobre o que os outros farão, há dúvidas sobre se manteremos nossa posição relativa. Há ainda um outro problema. Caso se assuma que o fim último de um tipo de agente é o ganho pecuniário, seguir a opinião média não deve necessariamente ser visto como adequado à busca desse fim último, mesmo se se soubesse a opinião média com certeza. Há alternativas rivais. Uma delas é adotar a postura que é realmente defensiva: preferir a liquidez. Outra opção é desobedecer a convenção intencionalmente.

### 3.2 - Uma abordagem alternativa

A relação entre convenção e racionalidade não deve ser restrita ao caso em que o agente individual segue uma convenção. O que dizer, por exemplo, do empresário schumpeteriano? Essa é uma questão que sempre mantivemos em mente ao ler a literatura a que nos referimos acima. Na abordagem alternativa que defendemos aqui, a compatibilidade entre a convenção e a racionalidade do comportamento individual é baseada numa possível função informativa das convenções. As convenções, como regras de comportamento coletivo, podem informar o indivíduo sobre o possível comportamento de outros agentes. Esse conhecimento pode permitir um comportamento parcialmente racional. Há dúvidas sobre a continuidade da convenção, mas, até a medida em que a convenção de fato oferecer uma informação, um agente pode usar essa informação para decidir como agir. A decisão vai depender do que denominamos disposição otimista diante da incerteza.

No caso de mercados produtivos, essa disposição otimista é mais claramente semelhante ao que Keynes (1936, p.161-162) chamou de *animal spirits*. Ela é uma combinação graduável de otimismo e confiança. *Animal spirits* são, às vezes, identificados como aquilo que dá confiança nos resultados esperados.<sup>24</sup> A rigor, eles deveriam ser associados com confiança em expectativas otimistas e não em quaisquer expectativas. Essa noção pode ser estendida a mercados financeiros, desde que otimismo seja entendido como referente a uma crença numa oportunidade de lucro. Vamos nos concentrar aqui nos mercados produtivos.

---

<sup>24</sup> Ver, por exemplo, Dow e Dow (1985, p.47-49), Brothwell (1986, p.536), Carvalho (1988, p.754), Dow (1991, p.154; 1991a, p.179) e Lavoie (1992, p.47).

Se existe uma convenção, por exemplo, de seguir investindo ou produzindo no mesmo ritmo do passado recente, a falta de *animal spirits* leva o agente individual a desobedecer essa convenção e a preferir a liquidez, adiando indefinidamente uma decisão. *Animal spirits* são, então, necessários para seguir essa convenção. No outro extremo, desobedecer essa convenção na direção oposta requer ainda mais *animal spirits* do que se precisa para segui-la. Esse é o caso do comportamento agressivo, pelo qual o agente individual com uma disposição otimista relativamente alta usa a informação que a convenção lhe dá sobre o possível comportamento dos outros, para tentar obter um lucro extraordinário. O melhor exemplo disso é o empresário schumpeteriano, mas o raciocínio aplica-se também para o investimento sem inovação. Mais que isso: qualquer decisão de comprometer recursos financeiros em operações nos mercados produtivos que envolvem incerteza requer uma disposição otimista para enfrentar a incerteza. Não apenas investir, mas também produzir requer *animal spirits*.<sup>25</sup>

#### 4 - Observações finais

Os prospectos não parecem muito positivos para a difusão das idéias de **A Teoria Geral** e de outros escritos maduros de Keynes, mas essas idéias continuam a influenciar alguns economistas. É evidente que o desenvolvimento dessas idéias não tem o grau de rigor axiomático da teoria neoclássica. Em parte, isso se deve à idéia de que não se deve abdicar de algumas hipóteses consideradas importantes apenas porque elas dificultam a formalização. Em parte, há também o fato de que muito menos recursos humanos e materiais têm sido dedicados mais ao desenvolvimento das idéias de Keynes do que à economia neoclássica. De qualquer modo, avanços importantes têm sido feitos, nem que seja, como dissemos acima, para esclarecer algumas discordâncias entre os que ainda valorizam os escritos originais de Keynes. Este artigo procurou dar uma modesta contribuição nesse sentido. Falta um considerável esforço, ainda, para uma maior unificação entre aqueles que enfatizam os aspectos de ruptura com a ortodoxia na obra de Keynes.

<sup>25</sup> Ver Dequech (1994) para o argumento de que convenções e instituições podem reduzir a incerteza, mas não a eliminam, inclusive nas decisões de produzir.



## Bibliografia

- ADRIAANSEN, W., LINDEN, J., eds. (1991). **Post-keynesian thought in perspective**. Wolters-Noordhoff.
- ARESTIS, P. (1992). **The post-keynesian approach to economics: an alternative analysis of economic theory and policy**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- ASIMAKOPULOS, A. (1991). **Keynes's general theory and accumulation**. Cambridge: Cambridge University.
- BATEMAN, B. (1987). Keynes's changing conception of probability. **Economics and Philosophy**, v.3.
- BATEMAN, B. (1990). The elusive logical relation: an essay on change and continuity in Keynes's thought. In: MOGGRIDGE, D., ed. **Keynes, macroeconomics and method**. Aldershot, UK: Edward Elgar. (Perspectives on the history of economic thought, v.4).
- BATEMAN, B., DAVIS, J. B., eds. (1991). **Keynes and philosophy**. Aldershot, UK: Edward Elgar
- BAUSOR, R. (1983). The rational expectations hypothesis and the epistemics of time. **Cambridge Journal of Economics**, v.7, n.1.
- BEGG, D. (1982). **The rational expectations revolution in macroeconomics**. Baltimore: Johns Hopkins University.
- BROTHWELL, J. F. (1986). The general theory after fifty years: why are we not all keynesians now? **Journal of Post Keynesian Economics**, v.8, n.4, summer.
- BROWN-COLLIER, E., BAUSOR, R. (1988). The epistemological foundations of 'the general theory'. **Scottish Journal of Political Economy**, v.35, n.3, aug.
- CARABELLI, A. (1988). **On Keynes's method**. London: Macmillan.
- CARABELLI, A. (1991). Comment. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- CARVALHO, F. (1988). Keynes a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, v.18, n.3, dez.
- CARVALHO, F. (1988a). Keynes on probability, uncertainty, and decision making. **Journal of Post Keynesian Economics**, v/11, n.1, fall.

- CARVALHO, F. (1992). **Mr. Keynes and the post keynesians**. Cheltenham: Edward Elgar.
- CODDINGTON, A. (1982). Deficient foresight: a troublesome theme in keynesian economics. **American Economic Review**, v.72, n.3, jun.
- DARITY, W., HORN, B. L. (1993). Rational expectations, rational belief, and Keynes's 'General Theory'. In: RESEARCH in the history of economic thought and methodology. v.11.
- DAVIDSON, P. (1978). **Money and the real world**. 2.ed. London: Macmillan.
- DAVIDSON, P. (1980). Post keynesian economics: solving the crisis in economic theory. In: THE PUBLIC interest, special issue.
- DAVIDSON, P. (1982/83). Rational expectations: fallacious foundation for studying crucial decision-making processes. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.5, n.2, winter.
- DAVIDSON, P. (1987). Sensible expectations and the long-run non-neutrality of money. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.10, n.1, fall.
- DAVIDSON, P. (1988). A technical definition of uncertainty and the long-run non-neutrality of money. **Cambridge Journal of Economics**, v.12, n.3, sept.
- DAVIDSON, P. (1990). Post keynesian economics: solving the crisis in economic theory. In: \_\_\_\_ **Money and employment: the collected writings of Paul Davidson**. New York: New York University. v.1.
- DAVIDSON, P. (1990). **Money and employment: the collected writings of Paul Davidson**. New York: New York University. v.1. (Ed. Louise Davidson).
- DAVIDSON, P. (1991). Is probability theory relevant for uncertainty? a post keynesian perspective. **Journal of Economic Perspectives**, v.5, n.1.
- DAVIDSON, P. (1991a). Comment. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- DAVIDSON, P. (1992). Would Keynes be a new keynesian? **Eastern Economic Journal**, v.18, n.4, fall.
- DAVIDSON, P. (1993). Austrians and post keynesians on economic reality: rejoinder to the critics. **Critical Review**, v.7, n.2/3.
- DAVIDSON, P. (1994). **The concepts of uncertainty and an external reality in economic theory**. University of Tennessee. (mimeo).
- DAVIS, J. (1991). Review essay: Keynes, philosophy, economics and politics. **Review of Social Economy**, v.49, n.3, fall.

- DAVIS, J. (1994). Keynes's philosophical thinking. In: \_\_\_\_, ed. **The state of interpretation of Keynes**. Boston: Kluwer.
- DAVIS, J. ,ed. (1994). **The state of interpretation of Keynes**. Boston: Kluwer.
- DEQUECH, D. (1994). **Uncertainty, conventions and short-term expectations**. University Tennessee. (mimeo)/
- DEQUECH, D. (1995). **Uncertainty in a radical sense: meaning and sources**. University of Cambridge. (mimeo).
- DEQUECH, D. (1995a). **Trying to define rational behavior under uncertainty**. University Cambridge. (mimeo).
- DEQUECH, D. (1995b). **On some arguments for the rationality of conventional behaviour under uncertainty: concepts, applicability and criticisms**. University Cambridge. (Workshop on Post Keynesian Economics, fev.1996; mimeo).
- DEQUECH, D. (1995c). **Toward a general approach to rationality and conventions under uncertainty**. University Cambridge. (mimeo).
- DEQUECH, D. (1995d). **Uncertainty, institutions and rationality: a missing link between post keynesianism and institutionalism?** University Cambridge.(mimeo).
- DEQUECH, D. (1995e). **Some notes on post keynesianism and institutionalism**. University Cambridge. (mimeo)
- DOW, A., DOW, S. ((1985). Animal spirits and rationality. In: LAWSON, T. , PESARAN, H., eds. **Keynes economics: methodological issues**. New York: Armonk/ M. E. Sharpe.
- DOW, S. (1985). **Macroeconomic thought: a methodological approach**. Oxford: Basil Blackwell.
- DOW, S. (1991). Keynes's epistemology and economic methodology. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- DOW, S. (1991a). Reply. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- DOW, S. (1995). Uncertainty about uncertainty. In: DOW, A. , HILLARD, J., eds. **Keynes, knowledge and uncertainty**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- DOW, S., HILLARD, J., eds. (1995). **Keynes, knowledge and uncertainty**. Aldershot, UK: Edward Elgar.

- DUTT, A. K. (1987). Keynes with a perfectly competitive goods market. **Australian Economic Papers**, dec.
- DUTT, A. K., AMADEO, E. (1990). **Keynes's third alternative?** the neo-ri-cardian keynesians and the post keynesians. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- EWIJK, C. (1991). Micro-foundations or macro-dynamics? In: ADRIAANSEN, W., LINDEN, J., eds. **Post-keynesian thought in perspective**. Wolters-Noordhoff.
- FELTZ, W., HOOUDUIN, L. (1988). Rational formation of expectations: Keynesian uncertainty and Davidson's (non)-ergodicity-criterium. **Macroeconomica**, v.39, n.2, jun.
- FITZGIBBONS, A. (1988). **Keynes's vision: a new political economy**. Oxford: Claredon.
- FREEDMAN, C. (1995). Animal spirits in his soup: a look at the methodology and rethorico of 'The general theory'. **Journal of Economic Methodology**, v.2, n.1.
- FROWEN, S., ed. (1990). **Unknowledge and choice in economics: proceed-ings of a conference in honour of G.L.S. Shackle**. London: Macmillan.
- GERRARD, B. (1992). From 'A treatise on probability to the general theory': continuity or change in Keynes's thought? In: GERRARD, B., HILLARD, J., eds. **The philosophy and economics of J. M. Keynes**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- GERRARD, B. (1994). Beyond rational expectations: a constructive interpretation of Keynes's analysis of behaviour under uncertainty. **Economic Journal**, v.104, mar.
- GERRARD, B. (1995). Probability, uncertainty and behaviour: a keynesian perspective. In: DOW, A. , HILLARD, J., eds. **Keynes, knowledge and uncertainty**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- GERRARD, B., ed. (1992). **The economics of rationality**. London: Routledge.
- GERRARD, B., HILLARD, J., eds. (1992). **The philosophy and economics of J. M. Keynes**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- HAMOUDA, O., HARCOURT, G. C. (1988). Post-keynesianism: from criticism to coherence? **Bulletin of Economic Research**, v.40, jan. (reprinted in HARCOURT, 1992).
- HAMOUDA, O., SMITHIN, J. N. (1988). Some remarks on 'uncertainty and economic analysis'. **Economic Journal**, v.98, mar.

- HAMOUDA, O., SMITHIN, J.N. (1988a). Rational behavior with deficient foresight. **Eastern Economic Journal**, v.14, n.3, jul./set.
- HARCOURT, G. C. (1979). The social imperialists. **Politics**, v.14, n.2, nov. (reprinted in HARCOURT, 1982).
- HARCOURT, G. C. (1982). **The social imperialists**. London: Routledge & Kegan Paul.
- HARCOURT, G. C. (1987). The legacy of Keynes: theoretical methods and unfinished business. In: REESE, D., ed. **The legacy of Keynes**. San Francisco: Harper and Row. (reprinted in HARCOURT, 1992).
- HARCOURT, G. C. (1992). **On political economist and modern political economy**. London: Routledge. (Ed. by Claudio Sardoni).
- HARCOURT, G. C., SARDONI, C. (1994). Keynes's vision: method, analysis and 'tactics'. In: DAVIS, J., ed. **The state of interpretation of Keynes**. Boston: Kluwer.
- HICKS, J. (1977). **Economic perspectives**. Oxford: Oxford University.
- HOOGDUIN, L. (1987). On the difference between the keynesian, knightian and the classical analysis of uncertainty and the development of a more general theory? **De Economist**. v.135, nr.1.
- HOOGDUIN, L., SNIPPE, J. (1987). Uncertainty in/of macroeconomics: an essay on adequate abstraction. **De Economist**, v.135, nr.4.
- KEYNES, J. M. (1971). A treatise on money. In: \_\_\_\_ **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.1.
- KEYNES, J. M. (1973). A treatise on probability. In: \_\_\_\_ **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.8.
- KEYNES, J. M. (1973a). **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.14.
- KEYNES, J. M. (1936). **The general theory of employment, interest, and money**. London: Macmillan.
- KEYNES, J. M. (1937). The general theory of employment. **Quarterly Journal of Economics**, v.51, feb.(1.ed. 1937).
- KEYNES, J. M. (1964). **The general theory of employment, interest, and money**. NewYork: Harcourt, Brace, Jovanovich.
- KEYNES, J. M. (1973b). The general theory of employment. In: KEYNES, J. M. **The collected writings of John Maynard Keynes**. London: Macmillan. v.14.

- KREGEL, J. (1980). Markets and institutions as features of a capitalistic production system. **Journal of Post Keynesian Economics**, fall.
- KREGEL, J. (1987). Rational spirits and the post keynesian macrotheory of microfoundations. **De Economist**, v.135, nr.4.
- KREGEL, J. (1990). Imagination exchange and business enterprise in Smith and Shackle. In: FROWEN, S., ed. **Unknowledge and choice in economics: proceedings of a conference in honour of G.L.S. Shackle**. London: Macmillan.
- LAVOIE, M. (1992). **Foundations of post-keynesian economic analysis**. Aldershot, UK: Edward Elgar.
- LAWSON, T. (1985). Uncertainty and economic analysis. **Economic Journal**, n.95, dec.
- LAWSON, T. (1987). The relative/ absolute nature of knowledge and economic analysis. **Economic Journal**, v.97, dec.
- LAWSON, T. (1988). Probability and uncertainty in economic analysis. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.11, n.1, fall.
- LAWSON, T. (1991). Keynes and the analysis of rational behaviour. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- LAWSON, T. (1991a). Reply. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- LAWSON, T. (1993). Keynes and convention. **Review of Social Economy**. v.51, n.2, summer.
- LAWSON, T. , PESARAN, H., eds. (1985). **Keynes economics: methodological issues**. New York: Armonk/ M. E. Sharpe.
- LEIJONHUFVUD, A. (1983). What would Keynes have thought of rational expectations? In: WORSWICK, D, TREVITHICK, J., eds. **Keynes and the modern world**. Cambridge: Cambridge University.
- LITTLEBOY, B. (1991). **On interpreting Keynes**. London: Routledge.
- LUCAS JÚNIOR, R., SARGENT, T. (1979). Alfer keynesian macroeconomics. **Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review**, v.3, n.2.
- LUCAS JÚNIOR, R., SARGENT, T. (1981). Alfer keynesian macroeconomics. In: \_\_\_\_, eds. **Rational expectations and econometric practice**. London: Allen & Unwin.

- MCCANN, C. (1994). **Probability foundations of economic theory**. London: Routledge.
- MEEKS, J. G. (1991). Keynes on the rationality of decision procedures under uncertainty: the investment decisions. In: \_\_\_\_, ed. **Thoughtful economic man**. Cambridge: Cambridge University.
- MINSKY, H. (1986). **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University.
- MOGGRIDGE, D., ed. (1990). **Keynes, macroeconomics and method**. Aldershot, UK: Edward Elgar. (Perspectives on the history of economic thought, v.4).
- NENTJES, A. (1991). Post-keynesian economics: a comment on Sawyer. In: ADRIAANSEN, W., LINDEN, J., eds. **Post-keynesian thought in perspective**. Wolters-Noordhoff.
- O'DONNELL, R. (1989). **Keynes: philosophy, economics and politics**. London: Macmillan.
- O'DONNELL, R. (1990). Continuity in Keynes's conception of probability. In: MOGGRIDGE, D., ed. **Keynes, macroeconomics and method**. Aldershot, UK: Edward Elgar. (Perspectives on the history of economic thought, v.4).
- O'DONNELL, R. (1990a). An overview of probability, expectations, uncertainty and rationality in Keynes's conceptual framework. **Review of Political Economy**, v.2, n.3.
- O'DONNELL, R. (1991). Keynes on probability, expectations and uncertainty. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- O'DONNELL, R. (1991a). Reply. In: O'DONNELL, R., ed. **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- O'DONNELL, R., ed. (1991). **Keynes as philosopher-economist**. New York: St. Martin's.
- PEREIRA, L. C. Bresser, NAKANO, Y. (1987). **The theory of inertial inflation**. Boulder: Rinner Publishers.
- POSSAS, M. (1987). **A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. São Paulo: Brasiliense.
- POSSAS, M. (1990). **Rationality and regularity: towards an integration of micro and macrodynamics**. Knoxville, Tn. (Apresentado The University of

Tennessee International Workshop in Post Keynesian Economics on "Economic problems of the 1990s"; mimeo).

ROTHEIM, R. (1988). Keynes and the language of probability and uncertainty. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.11, n.1, fall.

ROTHEIM, R. (1993). On the indeterminacy of Keynes's monetary theory of value. **Review of Political Economy**, v.5, n.2.

SHACKLE, G. L. S. (1967). **The years of high theory**. Cambridge: Cambridge University.

SHACKLE, G. L. S. (1970). **Expectations, enterprise and profit**. London: Allen & Unwin.

SNIPPE, J. (1986). Varieties of rational expectations. **Journal of Post Keynesian Economics**, v.8, n.3, spring.

VERCELLI, A. (1991). **Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas**. Cambridge: Cambridge University.

VICKERS, D. (1994). **Economics and the antagonism of time**. Ann Arbor: University of Michigan.

WINSLOW, T. (1989). Organic interdependence, uncertainty and economic analysis. **Economic Journal**, v.99, dec.

WINSLOW, T. (1992). Keynes on rationality. In: GERRARD, B., ed. (1992). **The economics of rationality**. London: Routledge.

## **Abstract**

**In light of the new contributions in the Keynesian field, the concept of uncertainty, the concept of rationality (related to knowledge and to means and ends), conventional behavior, and rationality are examined. This paper contributes to detect what progress has been obtained by the rupture with orthodoxy in Keynes' work, even if it is only to clarify some of the disagreements of those who work with his original writings.**